

Avanços, obstáculos e superação de obstáculos no ensino de português no Brasil nos últimos 10 anos¹

Tânia Maria Moreira²

Nos últimos dez anos, muitas coisas importantes aconteceram na expectativa de promover avanços no ensino do Português no Brasil tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Profissionalizante. No cenário das políticas públicas, um dos avanços mais significativos diz respeito à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a instituição das diretrizes curriculares nacionais para os cursos técnicos (Parecer 11/2008, a Resolução nº 4/99 do Conselho Nacional de Educação Básica e a Resolução 3/2008 que institui os catálogos nacionais de educação profissional de nível técnico).

Muito embora existam críticas e adesões quanto à adequação ou legitimidade dos PCNs (Motta-Roth, 2009), assim como contestações por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira e assimilação por parte de outros segmentos quanto às diretrizes da educação profissionalizante adotada, entendo que esses documentos se constituem como um avanço porque neles incorporam os resultados de muitos anos de reflexão e pesquisa de diferentes estudiosos da linguagem. Esses documentos, por sua vez, contribuíram para que alguns professores fossem instigados a buscar mais informações sobre os tópicos levantados, fomentaram o engajamento de alguns professores em cursos de formação continuada e o desenvolvimento de novas pesquisas, assim como a produção e o experimento de novos materiais de ensino e aprendizagem de linguagem.

Especificamente, na área de Linguagem, Código e suas Tecnologias, os avanços dos PCNs se constituem na valorização da comunicação como um processo de construção de sentidos em que o sujeito interage socialmente para construir e desconstruir significados; na ênfase dada à abordagem de ensino sociointeracionista e na necessidade de o aluno aprender a usar a linguagem em diferentes esferas sociais. Nesse sentido, o aluno é concebido como um produtor de texto, ou seja, é aquele que entende e pode ser entendido pelos textos que produz;

¹ Texto apresentado na mesa redonda sobre 'Ensino de escrita na escola', em outubro de 2009.

² Doutoranda em Letras – UFSM/PPGL e Professora de Metodologia do Centro de Tecnologia Professora Maria Rocha.

o texto é entendido como uma unidade básica de ensino; como marca dialógica entre interlocutores em um determinado contexto.

Depois da publicação dos PCNs, o ensino de Português no Ensino Médio, segundo um estudo realizado na Universidade de Maringá (Santos, 2003), passou a viver um momento de transição entre o tradicional e o novo. De um lado os docentes ampliavam o leque de informações sobre os PCNs, sobre a leitura, a escrita e o ensino de línguas, por outro lado se encontravam desarmados para assumir procedimentos inovadores. Segundo o mesmo estudo, os docentes se mostravam preparados para filtrar o eficaz e o não-eficaz nas práticas convencionais, mas faltavam-lhes recursos para substituir as práticas que eles não acreditavam.

Hoje, é possível observar em publicações acadêmicas, jornais e revistas especializadas algumas experiências de ensino de linguagem onde o aluno explora gêneros que fazem parte da vida social, produz textos e interage para dizer coisas que fazem sentido.

Na Educação Profissionalizante, além da legislação em vigor considero como avanço o desenvolvimento de cursos de formação continuada de professores que visam orientar docentes sobre como elaborar currículos organizados por competências e trabalhar com projetos em sala de aula.

Inicialmente, podemos nos perguntar em que medida isso se constitui em avanços no ensino de português. Entendo que o avanço está na existência de um documento que comporta profundas inovações, sejam metodológicas, no que implica a relação entre corpo docente e discente sejam nos fundamentos epistemológicos propriamente ditos. Esses documentos passam a apontar a necessidade do professor repensar os conteúdos de linguagem trabalhados, à finalidade das aulas de leitura e escrita e a forma como essas aulas são desenvolvidas. Esses documentos e cursos de formação de professores têm permitido refletir sobre a necessidade de elaborar objetivos claros para as aulas de leitura e produção textual, a fim de preparar o aluno no que se refere à leitura e à escrita para fins específicos, para resolver problemas que se apresentam no dia-a-dia. Assim, as aulas de português passam a ter um vínculo direto com a realidade social. Os alunos necessitam ler e escrever para atender demandas pessoais ou sociais, para se comunicar, para sobreviver no mercado de trabalho.

Bem como mencionado anteriormente com relação ao Ensino Médio, constato, empiricamente, que a educação técnica e o ensino de português nos cursos técnicos também estão passando por um momento de transição. Vivemos um momento em que os docentes aprendem novos conceitos e novas formas de ensinar e aprender português para orientar os alunos na descoberta de saberes novos vinculados, por exemplo, à construção de novos recursos tecnológicos ou novas formas de agir para realizar atividades contábeis que respondam necessidades reais.

Algumas das experiências realizadas em decorrência dos avanços mencionados podem ser observadas nas mostras e feiras técnicas promovidas para divulgar as ações de linguagem e os produtos gerados nos cursos técnicos. Com as mostras e feiras as produções escritas saem dos limites da sala de aula, extrapolam o olhar apenas do professor e passam a fazer sentido na sociedade.

A produção e divulgação de projetos em mostras e feiras trazem à tona, também, muitos obstáculos que ainda dificultam a prática de ensino de escrita. Assim, apesar dos avanços mencionados, não se pode negar que questões relativas ao ensino de língua materna, ao ensino de leitura e escrita, oferecem obstáculos ao ensino e aprendizagem de linguagem e necessitam de um melhor encaminhamento.

Os cursos de formação de professores carecem ainda de investimentos governamentais que privilegiem a formação de professores alicerçada em bases teóricas e práticas coerentes com os documentos legais (PCNs e diretrizes para o ensino técnico) que subjazem propostas curriculares vigentes. Não faz sentido, por exemplo, os professores participarem de cursos de formação voltados ao trabalho com projeto e apenas receberem orientações sobre a organização retórica desse gênero textual.

Para aprender e ensinar a fazer projetos, os professores precisam escrever projetos. Para alcançar esses objetivos não é suficiente que os docentes participem de cursos que delimitem as partes do texto e aprendam normas técnicas. Mais do que definir os itens ou formalidades que fazem parte de um projeto - temas, objetivos, justificativas, materiais e métodos ou responder aleatoriamente questões do tipo o que, como, quando e por que -, os docentes necessitam de qualificações que ajudem a compreender a importância de saber lidar com questões sociológicas pertinentes a uma língua enquanto escrevem. Eles necessitam entender melhor

como promover o diálogo por meio do texto escrito, como estabelecer ligação entre um ato da escrita com o público-alvo, entre a função social e o objetivo do texto que está sendo produzido para, então, ajudar o aluno a exercitar o mesmo processo de re-escritura de seus textos.

Além disso, os professores precisam aprender também a avaliar quando há recorrência de problemas envolvendo questões textuais e de linguagem e indícios da existência de lacunas de conhecimentos de linguagem que merecem ser trabalhadas.

Aprender a identificar e avaliar problemas por meio do texto do aluno e proporcionar atividades práticas adequadas que possam promover reflexões e apropriação de novos conhecimentos de linguagem talvez seja outro obstáculo que precisa ser superado nas práticas de formação de professores.

A superação desses obstáculos pode ocorrer de modo mais acelerado do que se imagina se houver uma aproximação maior entre as instituições que promovem pesquisas de e sobre ensino de Português e aquelas que promovem atividades de uso do Português. Há também a possibilidade de superação dos problemas mediante a união e interesse do professores em aprender no trabalhar em equipe. Uma equipe de estudo, quem sabe, pode sair deste Simpósio.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 ago. 1998a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 1998b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1999a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/resolucao.shtml>>. Acesso em: 8 ago. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, DF, 1999b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtml>> Acesso em: 7 ago. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov/setec>>. Acesso em: 7 ago. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 1, de 3 de março de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 mar. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares do ensino médio**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <<http://www.mec.gov/setec>>. Acesso em: 2 fev. 2005.

MOTTA-ROTH, D. **A renovação do ensino do português no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas** - Mesa redonda II CIELLA/UFPA. 2009.

SANTOS, M. do C. O. T. dos. **Depois dos PCNS**: como anda nossa língua portuguesa no ensino médio. Acta Scientiarum, 2003.